



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO – UFES

CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS-CCJE

Departamento: Gemologia

Disciplina: Requisitos Ambientais para Atividades Mineradoras

Código: GEM06814

Carga Horária Semestral: 60h/a

Créditos: 04

Professor: Neiva Lima dos Santos Buaiz

Período: 2012/1

PROGRAMA DE DISCIPLINA

A. EMENTA

Legislação Ambiental: histórico, evolução dos conceitos ambientais, legislação aplicável, princípios constitucionais (o papel dos entes federativos), IBAMA, órgãos ambientais estaduais e municipais e interferência na área mineral. Licenciamento Ambiental: objetivos, aspectos jurídicos do licenciamento ambiental, competência para o licenciamento, restrições técnicas e jurídicas do licenciamento, penalidades, recursos administrativos e judiciais. Normas regulamentadoras de mineração. Termos de ajuste de conduta(TAC); ação civil pública e regularização perante o DNPM, órgãos ambientais ou anular licenças ambientais; o registro das empresas; Gestão ambiental e competitividade; O Estudo do impacto ambiental(EIA) e o relatório de impacto ao meio ambiente (RIMA); Requisitos de validade dos Autos de Infração por convênios com o IBAMA; Atividade mineral em área de conservação em área de preservação permanente e reserva legal; Criação de parque nacional sobre área mineralizada. Indenizações cabíveis. Orientações do STJ; Não atendimento de notificação expedida pelo IBAMA para apresentar documento não configura crime de desobediência; Proteção do patrimônio espeleológico e possibilidade de supressão de cavidades naturais subterrâneas, Tombamento, possibilidade do exercício concomitante de atividades econômicas na área tombada, analise a partir de um caso concreto – a Serra da Piedade.

B. OBJETIVO

Levar ao discernimento acerca dos principais conceitos e evolução Jurídica da Legislação Ambiental. Estudar e aplicar as relações jurídicas existentes entre o meio ambiente e as atividades Mineradoras. Proporcionar aos alunos, conhecimentos da Legislação adequada e identificação de impactos ambientais. Identificar riscos da atividade mineral e ambiental. Estudo e aplicação da Constituição Federal, do Código Ambiental, Leis e Decretos Ambientais aplicados as atividades Mineradoras.

1. Introdução ao Direito Ambiental (Histórico e evolução dos conceitos ambientais)

2. Direito Ambiental Aplicado à Mineração (Legislação aplicável, princípios constitucionais e as regras básicas aplicadas à lei ambiental) pág.11 a 17, William Freire combinado com Uile Reginaldo Pinto – Legislação Ambiental bibliografia recomendada.

3. Gestão Ambiental e Competitividade: William Freire –Apresentação por fluxogramas.

4. Ação Civil Publica e Regularização perante o DNPM: (órgãos ambientais, validade de licenças ambientais, o registro das empresas, gestão ambiental e competitividade), pág.19 a 30, William Freire e Legislação Aplicável de Uile Reginaldo Pinto, bibliografia recomendada.

5. Legislação Ambiental:

5.1 Constituição Federal Capítulo VI - Do Meio Ambiente Art. 225, páginas 461 e 462, Uile Reginaldo Pinto, bibliografia recomendada e Constituição Federal.

5.2 Seção V da Lei 11.284 de 02/03/2006 combinado com o Decreto nº 99.274 de 06 de junho de 1990 – Do Licenciamento Ambiental (objetivos, aspectos jurídicos, competência, restrições técnicas e jurídicas, penalidades, recursos administrativos e judiciais do licenciamento ambiental) dos livros recomendados Uile Reginaldo Pinto e William Freire

6. Órgãos Ambientais IBAMA, CONAMA E SISNAMA:

6.1 Decreto Nº 99.274, 6 de junho de 1990 (política nacional, estrutura, constituição e funcionamento, competência, atuação, áreas de proteção e penalidades relacionados ao meio ambiente) páginas 543 a 554 do Uile Reginaldo Pinto e William Freire pág.31 a 47- bibliografia recomendada.

7. Normas Regulamentadoras de Mineração – Termos de Ajustes de Conduta “TAC”: William Freire.

7.1 O estudo do impacto ambiental “EIA” e o relatório de impacto ao meio ambiente “RIMA” Decreto nº97.632, 10 de abril de 1989, para a exploração de recursos minerais e demais legislação aplicável.

8. Objetivos e aspectos jurídicos da política nacional do Meio Ambiente pág. 543 Uile Reginaldo Pinto - Decreto 99.274 de 06/06/1990 que regulamenta a Lei 6.902 de 27 de abril de 1981 e a Lei 6.938, de 31 de agosto de 1981

8.1 Criação de estações ecológicas –parque nacional sobre área mineralizada, indenizações cabíveis A orientação do STJ- bibliografia recomendada

9. Sanções Penais e Administrativas Derivadas de Condutas e Atividades Lesivas ao Meio Ambiente: pág. 478 Uile Reginaldo Pinto da bibliografia recomendada.

10. Requisitos de validade dos Autos de Infração lavrados pela Polícia Florestal por convênio com o IBAMA: pág. 31 William Freire da bibliografia recomendada.

11. Atividade Mineral em Unidades de Conservação, em Área de Preservação Permanente e Reserva Legal – SNUC: pág. 49 William Freire da bibliografia recomendada.

12. Não Atendimento de Notificação Expedida pelo IBAMA para apresentar documentos não configura crime de desobediência : pág. 97 - William Freire da bibliografia recomendada.

13. Proteção do Patrimônio Espeleológico e Possibilidade de Supressão de Cavidades Naturais Subterrâneas: pág. 137 - William Freire da bibliografia recomendada.

14. Tombamento - Possibilidade do exercício concomitante de atividades econômicas na área tombada, analise a partir de um caso concreto – A Serra da Piedade. : pág. 155 - William Freire, bibliografia recomendada.

D – METODOLOGIA

Procedimentos:

A disciplina será ministrada por meio de:

- aulas expositivas, dialogadas, ministradas pelo professor com a participação pró ativa dos alunos;
- discussões de casos e práticas didáticas que possibilitem a participação efetiva dos alunos no processo de apreensão e consolidação dos conteúdos programáticos.
- trabalhos escritos individuais e/ou coletivos com construção orientada;
- Discussão orientada de estudos de casos.

Recursos:

- Quadro e pincel;
- projetor de multimídia (data show)
- textos diversificados

E.CRITERIOS DE AVALIAÇÃO

O sistema de avaliação será estruturado como se segue:

- a) Participação nas aulas – 10% da nota total;
- b) Duas avaliações individuais escritas – 60% da nota total (1ª em 24/04/2012– 2ª em 26/06/2012); prova final dia 10/07/2012.

- c) Um seminário e trabalhos sobre tema a ser definido oportunamente, individual ou em grupo, escrito e apresentado ao final da unidade – 20% da nota total;
- d) Um trabalho individual sobre tema a ser definido - estudo de caso –10% da nota total.
- d) A nota final do aluno será obtida através da soma das notas auferidas durante o período. As leituras dirigidas, quando acompanhadas da entrega de fichas, bem como os debates organizados em sala de aula, a critério do professor, poderão fazer parte da composição das notas.
- e) Não serão aplicadas provas de 2ª chamada, a não ser para os casos previstos no regulamento da UFES.
- f) Os alunos que obtiverem média parcial inferior a 7,0 terão o direito a realizar uma prova final, devendo alcançar média final igual ou superior a 5,0 para aprovação.
- g) Observação importante: Tendo em vista o que dispõe a legislação educacional e as normas da UFES, só obterá crédito e nota na disciplina o aluno que comparecer no mínimo a 75% das aulas ministradas. O não cumprimento dessa exigência implica na reprovação com nota zero, independentemente do resultado das avaliações (provas e trabalhos) que ele eventualmente tenha realizado.

F. BIBLIOGRAFIA

DIAS, R. Gestão Ambiental: Responsabilidade Social e Sustentabilidade. São Paulo: Atlas, 2006.

DONAIRE, D. Gestão Ambiental na empresa. São Paulo: Atlas, 1999.

FREIRE, W. Direito Ambiental aplicado a Mineração. Editora Mineira, Livros jurídicos, 2005.

KNIGHT, A.e HARRINGTON, J.A Implantação de ISSO 14000 – Como atualizar o sistema de gestão ambiental com eficiência. São Paulo: Atlas, 2001. ROLES A.Jr. Custos de Qualidade: Aspectos de gestão ambiental. São Paulo, 2003

DANTAS, Marcelo Buzaglo. LEITE, José Rubens Morato. Aspectos Processuais do Direito Ambiental. 2 ed. São Paulo: Forense Universitária, 2004.

PINTO, Uile Reginaldo- **Consolidação da Legislação Mineral e Ambiental-11ª** Edição Atualizada até 01/04/2008, Brasília 2008. 670 p. combinado com a 9ª edição, Brasília 2004.589p.

G. Bibliografia Recomendada:

FREIRE, WILLIAM - Direito Ambiental Aplicado a Mineração. Editora Mineira, Livros jurídicos LTDA. Belo Horizonte- MG 2005.213 p.

PINTO, Uile Reginaldo- **Consolidação da Legislação Mineral e Ambiental** - 9ª Ed. Brasília 2004.589p. combinado com a 11ª Edição, Brasília 2008.670 p.